

O DESTINO DA PETROBRAS

CORREIO BRAZILIENSE

Josaphat Marinho

10 ABR 1999

A erosão administrativa atinge visivelmente a Petrobras. Desde a reforma que lhe retirou a execução do monopólio em nome da União, processa-se gradual enfraquecimento da empresa. Perdendo o comando do desenvolvimento da indústria do petróleo no país, ela sofre, de passo a passo, maiores restrições na sua atividade. A agência criada como órgão supervisor não lhe dá trégua. Tirou-lhe áreas destinadas à exploração. Há pouco deslocaram a presidência do seu Conselho de Administração. Nenhum de seus técnicos ou administradores foi escolhido, agora, para presidir-la. Já se cuida de mudança para permitir a venda de parte de suas ações a estrangeiros.

O esforço de ação da empresa vigorosa, enfim, vai minguando, na linha de aproximá-la da fisionomia das entidades privadas, e sem o vínculo com a nacionalidade, que a caracterizava. Não terá como manter o corpo técnico, que formou ao longo do tempo. Dia a dia se reduzirá a função multiplicadora da riqueza nacional, que desempenhou vitoriosamente. Não poderá formar, nem manter a mão-de-obra especializada, que tanto preparou. A técnica desenvolvida com êxito para captação de petróleo em águas profundas não se aperfeiçoará com a mesma intensidade. Vai esmaecendo o perfil da grande estrutura criada, que não poderá mais oferecer a mesma diversidade de empregos aos brasileiros.

O espírito nacional que a robustecia será substituído, aos poucos, pelo espírito privatista e de lucro do neoliberalismo dominante. O petróleo, entretanto, não é riqueza comum, para ser explorada como quem faz loteamento particular. É riqueza nacional que os povos devem zelar por aproveitá-la, com ânimo de mantê-la. É segurança para a

comunidade, sobretudo nas horas de crise. A ânsia comercial não deve superar a preocupação de preservá-la, explorando-a com prudência. Fonte de energia que alimenta múltiplas atividades produtivas, cumpre garantida sua continuidade, para segurança do desenvolvimento. Os povos que não a resguardam ficam expostos a riscos.

Tanto mais cautela o Brasil há de ter quanto atravessamos séria crise financeira, com repercussão intensa na vida econômica. O desemprego crescente perturba parcela extensa da população. Notícia a imprensa que até a economia informal é abalada. Enquanto isso, preços se elevam, relevando a ameaça da inflação. Há dias, houve protes-

tos coletivos em várias capitais. Para atenuar a crise, vamos nos endividando. Agora mesmo novo fluxo de empréstimo é anunciado. Vale dizer que assumimos compromisso para o futuro. Cabe também protegê-lo.

No que respeita ao petróleo, os sinais não são de prudência. Diz-se que o presidente da República, em carta ao Senado, assegurou que não privatizaria a Petrobras. Decerto o fez. Há, porém, duas formas de privatização. Uma direta, declarada, pela transformação oficial da organização. Outra disfarçada, lenta, minando o organismo da empresa e seu campo de influência. É o que está em curso no caso. E é o meio perigoso, porque escapa à atenção de parte saliente da população. Não desperta protesto generalizado. Trata-se de procedimento de morte vagarosa.

O fenômeno é semelhante ao da destruição do morro existente em certo reino, descrita, se não me engano, por Monteiro Lobato. Certo é que havia num determinado reino, defronte da casa real, um morro. Num dado momento, notou-se que o morro decrescia. Mas não houve preocupação: devia ser fato natural. Eis senão quando, um dia, o morro desapareceu. Era o morro da democracia. Em verdade, é o processo em prática para diminuir a projeção e a força econômica e tecnológica da Petrobras. No caminho que vai, quando não se esperar, será, embora com o mesmo nome consagrado, uma empresa como qualquer estrutura mercantil. Desaparecerá na multidão das empresas privadas, como desapareceu o morro da democracia.

■ Josaphat Marinho, ex-senador pela Bahia, é professor emérito da Universidade de Brasília e da Universidade Federal da Bahia

